

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

ELIDA LOURENÇO DE LIMA

**UMA ANÁLISE DO PERFIL DAS RENDEIRAS DE PESQUEIRA - PE QUE
UTILIZAM MICROCRÉDITO COMO SUBSÍDIO**

**RECIFE
2015**

ELIDA LOURENÇO DE LIMA

**UMA ANÁLISE DO PERFIL DAS RENDEIRAS DE PESQUEIRA - PE QUE
UTILIZAM MICROCRÉDITO COMO SUBSÍDIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural (PADR) da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural na área de concentração Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientador (a): Prof. Dr. André de Souza Melo

**RECIFE
2015**

ELIDA LOURENÇO DE LIMA

**UMA ANÁLISE DO PERFIL DAS RENDEIRAS DE PESQUEIRA - PE QUE
UTILIZAM MICROCRÉDITO COMO SUBSÍDIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural (PADR) da Universidade Federal Rural de Pernambuco em 24/04/15 como requisito para obtenção do grau de Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural na área de concentração Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Banca Examinadora

Prof. Dr. André de Souza Melo – UFRPE
Orientador

Prof. Dr. Tales Wanderley Vital - UFRPE
Membro Interno

Prof. Dr. Leonardo Ferraz Xavier – DECON UFRPE
Membro externo

Prof. Dr. Tiago de Farias Sobel– UFPB
Membro externo

Dedico esse trabalho a minha querida mãe, dona Maria Eunice, que desde cedo me ensinou o caminho do aprendizado e que nunca me negou apoio nessa jornada. Se hoje subi mais um degrau, devo isso a sua motivação. Obrigada, mãe!

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, o autor da vida, por essa oportunidade a mim concedida, pois sei que se não fosse por seu amor e cuidado eu não teria chegado ao final dessa jornada.

Gostaria de agradecer também a minha mui amada família, vocês são responsáveis pela minha formação e caráter. A minha querida mãe, Dona Maria Eunice, que não mediu esforços para investir em minha educação e que sempre acreditou que eu seria capaz, muito obrigada pelo incentivo. Aos meus irmãos Eliel, Elienai e Elaine que sempre me apoiaram e torceram pelo meu sucesso, vocês são peças fundamentais para minhas conquistas.

Ao meu amor Eudes, que aguentou todos os meus momentos de estresse e sempre me confortava com palavras de encorajamento. Obrigada por acreditar em mim e me motivar. A minha sogra Eliete e cunhadas Eleide e Livia, obrigada por me doarem todo cuidado e tempo.

A minha grande e querida amiga Vilane Gonçalves Sales, esses sete anos de convivência me trouxeram grandes aprendizados. Obrigada pelo carinho, paciência, apoio e por não medir esforços para me ajudar, lhe serei eternamente grata.

A outra grande amiga que adquiri durante esses anos de aprendizado, Sylvia Karla, sou muito grata pelas risadas e pelos momentos dedicados para que eu pudesse alcançar esse objetivo, meu muito obrigado.

Gostaria também de agradecer ao meu orientador, André Melo, pela paciência e dedicação, não me negando palavras de incentivo, contribuindo assim para aperfeiçoar minha vida acadêmica e formação profissional.

As professoras Ana Navaes e Ana Paula Amazonas, que dedicaram seu tempo e forneceram dados importantes para a finalização desse estudo.

Aos professores do PADR, meus mestres que compartilharam conhecimento e formaram novos profissionais.

Aos amigos que conquistei nessa jornada de estudos, Tarcisio, Rafaela, Lutemberg, Cezar, Thiago, vocês tornaram essa jornada mais fácil, me proporcionando grandes momentos de aprendizado, amizade e descontração.

As grandes amigas que a vida me concedeu, Ana Nery, Edjane, Ana Paula Santana, Geciane, Adriana e Ana Paula Souza, sei que estive ausente durante esses anos, mas não poderia deixar de reconhecer a importância de vocês para minha vida, obrigada pela paciência, vocês fazem parte da minha história.

Enfim, obrigada a todos que contribuíram direta ou indiretamente para minha formação, meu sempre e terno agradecimento.

“É pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separava do homem, somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta.”

(Simone de Beauvoir)

RESUMO

A mulher desempenha um importante papel na agricultura familiar. Pois, participa na produção agrícola, produzindo tanto para subsistência como para fins comerciais, contribuindo com a manutenção da família. A fim de atender a essas mulheres, colaborando com a expansão de suas atividades, o Governo tem elaborado políticas públicas voltadas para as mulheres rurais. Dentre essas pode se destacar a de acesso ao crédito que permite a inserção e reconhecimento das atividades produtivas femininas. O objetivo do presente trabalho é analisar o perfil das rendeiras de Pesqueira – PE que fazem uso do microcrédito como subsídio. Os dados analisados foram cedidos pelo Projeto Mulher Rendeira que realiza um estudo com as mulheres da região. Assim, através da estatística descritiva e do modelo logit, usando a variável acesso ao crédito como dependente e variáveis socioeconômicas como independentes, foi possível identificar que algumas variáveis, tais como, renda familiar e participação em associações comunitárias e/ou cooperativas, influenciam o acesso dessas artesãs ao microcrédito. Bem como, verificou-se que ainda existem alguns impasses que precisam ser resolvidos na política de concessão de crédito para mulheres.

Palavras- chave: Agricultura familiar, trabalho feminino, microcrédito

ABSTRACT

Women play an important role in family farming. For taking part in agricultural production, producing both for subsistence and commercial purposes, contributing to the family maintenance. In order to meet these women, collaborating with the expansion of its activities, the Government has drawn up public policies for rural women, among these policies may be noted the access to credit that allow the inclusion and recognition of women's productive activities. The aim of this study is to analyze the profile of women artisans in Pesqueira - PE that make use of micro-credit as a subsidy. The data analyzed were provided by *ProjetoMulherRendeira*, which conducts a study of women in the region. Thus, using descriptive statistics and logit model, using the variable access to credit as a dependent and socioeconomic variables as independent, it was observed that some variables such as family income and participation in community associations and / or cooperatives, influence access these artisans to microcredit. In addition, it was found that there are some problems that need to be resolved in the granting of credit policy to the woman.

Keywords: family agriculture, women's work, microcredit

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estado Civil.....	41
Figura 2: Participação das Entrevistadas em Cooperativas e Associações Comunitárias.....	43
Figura 3: Renda Mensal Estimada da Família	44
Figura 4: Quem decide como a renda será usada.....	44
Figura 5 Renda Mensal Estimada da Família das Mulheres com Acesso ao Crédito.....	48
Figura 6: Quem decide como a renda será usada.....	48

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização do Município de Pesqueira, Pernambuco.	33
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Lista de variáveis utilizadas no modelo *logit* para estimar a probabilidade da agricultura familiar adquirir acesso ao microcrédito 37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Faixa etária das entrevistadas.....	41
Tabela 2: Nível de Escolaridade das entrevistadas.....	42
Tabela 3: Estado Civil das Entrevistadas	45
Tabela 4: Posição Familiar das Entrevistadas	45
Tabela 5: Faixa etária das entrevistadas com e sem acesso ao crédito.....	46
Tabela 6: Nível de Escolaridade das entrevistadas com acesso ao crédito	46
Tabela 7: Entrevistadas com acesso ao crédito que possuem Capacitação.....	47
Tabela 8: Coeficientes Estimados pelo Modelo Logit.....	49
Tabela 9: Cálculo dos Valores do Antilogaritmo das Variáveis Estatisticamente Significantes.....	51

LISTA DE SIGLASE ABREVIATURAS

APL - Arranjo Produtivo Local

ASTUR - Associação das Secretarias de Turismo em Pernambuco

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

BACEN - Banco Central do Brasil

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais Econômicas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

ONG - Organização Não Governamental

PIB - Produto Interno Bruto

PNPM - Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres

PPIGRE - Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROVAP - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

SAF - Secretaria da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1. A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA AGRICULTURA FAMILIAR E A IMPORTÂNCIA DO MICROCRÉDITO.....	22
2.2. MICROCRÉDITO E ACESSO FEMININO: PRINCIPAIS PROGRAMAS... 27	
2.2.1. O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF..	28
3. APORTE METODOLÓGICO	33
3.1. AMOSTRAGEM	35
3.2. VARIÁVEIS	36
3.3. MODELO LOGIT	38
4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	33
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	40
5.1. CARACTERIZAÇÃO DAS ENTREVISTADAS	40
5.1.1. CARACTERIZAÇÃO FAMILIAR.....	40
5.1.2. FAIXA ETÁRIA	41
5.1.3. ESCOLARIDADE E PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS.....	42
5.1.4. RENDIMENTO MENSAL ESTIMADO DA FAMÍLIA	43
5.2. ACESSO AO CRÉDITO	45
5.2.1. CARACTERÍSTICAS DAS MULHERES QUE TIVERAM ACESSO AO CRÉDITO	45
5.3. ANÁLISE DAS VARIÁVEIS ATRAVÉS DO MODELO LOGIT.....	49
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS.....	58
ANEXOS	63

1. INTRODUÇÃO

O papel desempenhado pela mulher é bastante relevante no contexto da agricultura familiar, pois a mesma além de exercer atividades de cultivo agrícolas, também é responsável pela criação e cuidado de animais de pequeno porte. Ou seja, possui contribuição na produção agrícola tanto para a comercialização como para subsistência, bem como, participa de atividades relacionadas ao artesanato, piscicultura, silvicultura, etc. (MELO,2006).

Contudo, mesmo desempenhando um importante papel na participação na agricultura familiar, o trabalho feminino é pouco reconhecido e na maioria das vezes suas atividades não são remuneradas. Pois, as funções desenvolvidas pelas mulheres são consideradas extensão das tarefas domésticas, ou apenas uma ajuda nas atividades do “chefe da família”, ainda que esse trabalho seja decisivo para manutenção da unidade familiar (CIRANDAS DO PRONAF PARA MULHERES, 2005).

Portanto, geralmente, um número pequeno de mulheres possui um rendimento, e mesmo assim, a renda adquirida é inferior à obtida pelos homens (MELO, 2006). As atividades produtivas femininas tornam-se, assim, invisíveis. Essa invisibilidade segundo informações das Cirandas do Pronaf para Mulheres (2005), tem forte expressão na jornada de trabalho dessas mulheres, pois se apresenta como sendo menor do que a jornada de trabalho masculina. As atividades desenvolvidas no quintal e na horta, centrais na reprodução familiar, não são consideradas como horas de trabalho.

Embora as mulheres representem um importante papel na agricultura, e um percentual relevante da população rural. Pois, segundo o Censo Demográfico 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elas representam 47% da população rural, ou seja, quase 50% do total. Ainda assim, sua participação no acesso ao crédito, ainda é pequena. Isso está relacionado ao fato de que para os camponeses os valores patriarcais ainda são predominantes. Sendo assim, o acesso feminino as políticas públicas, bem como ao crédito, ainda é bastante limitado no que tange o universo da agricultura familiar. Segundo Melo (2006):

No meio rural os valores patriarcais ainda são prevaletentes, o homem exerce a condição de interlocutor da família no espaço público para assuntos de negócios, é sempre a figura masculina que representa a família nos programas governamentais. Assim a mulher é preterida ao homem, por exemplo, nas ações que envolvem a política agrícola, como acontece com o crédito rural. (MELO, 2006, p.7)

Não conformadas com essa cultura de subordinação imposta pelo sistema patriarcal, às agricultoras familiares passaram a reivindicar seus direitos econômicos e sociais, dando origem a movimentos sociais. No Brasil, esses movimentos iniciaram e tomaram visibilidade na década de 80. A partir de então, as mulheres adquiriram direitos na implementação das políticas públicas, bem como, a inserção feminina no mercado de trabalho permitiu a valorização do papel feminino na sociedade, concedendo socialização e autonomia para as mulheres, principalmente as produtoras rurais (CORDEIRO, 2008; SILVA ET AL, 2010).

Assim sendo, políticas públicas voltadas para as mulheres passaram a ser elaboradas e mudanças estruturais nas políticas governamentais então vigentes foram realizadas, tais como; do salário mínimo e a de acesso ao crédito, demonstrando a importância dos movimentos feministas, pois os mesmos permitiram a inserção e o reconhecimento das atividades econômicas produtivas realizadas pelas mulheres (FARIA, 2009).

Nesse contexto surge o Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, em 1995, com objetivo de fornecer apoio à agricultura familiar com base na concessão de linhas especiais de crédito. Desde então surgiram vários grupos inseridos nesse subsídio, entre eles, o Pronaf B e o Pronaf Mulher, que são os mais acessados pelo público feminino.

Outro financiamento que foi criado em 1998, buscando a valorização do pequeno empreendedor foi o Crediamigodo BNB, esse crédito possui como finalidade promover inclusão e geração de renda dos seus beneficiários, através da oferta de pequenos empréstimos facilitados pela desburocratização e inclusão financeira de trabalhadores informais, entre esses as agricultoras familiares e suas atividades de cultivo e artesanato, tornando-se assim uma linha de crédito bastante acessada pelas mulheres do meio rural.

Dentro dessa perspectiva, buscando atender as necessidades das agricultoras familiares e os entraves na concessão de crédito, o Governo tem elaborado diversas diretrizes buscando promover a inclusão social, autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho para as mulheres. Dentre elas pode-se destacar o II Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres que tem como objetivo “Promover a autonomia econômica e financeira das mulheres por meio da assistência técnica, do acesso ao crédito e do apoio ao empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e comércio (...)” (ISERHARD, 2011, p 36).

Portanto, o presente trabalho pretende contribuir para avaliar o acesso feminino ao microcrédito através de um estudo realizado com as rendeiras de Pesqueira, no estado de Pernambuco. A escolha desse local de pesquisa está relacionada com o fato de que nessa região existe um APL de renda renascença, que impulsiona a economia da região. Essa atividade é desenvolvida, principalmente, pelas mulheres de Pesqueira e adjacências. Dessa forma, é possível uma análise do perfil das rendeiras, bem como, verificar as características das beneficiárias dos programas de créditos concedidos pelo Governo. Pois segundo Iserhard (2011), o acesso feminino ao crédito é um poderoso instrumento, capaz de impulsionar tanto o desenvolvimento como a inclusão social. Deste modo, o financiamento pode ser utilizado na aquisição de determinados bens e serviços que permitem ao indivíduo dinamizar a economia. Conseqüentemente, ocasiona uma melhora na qualidade de vida de quem recebe o subsídio.

Dentro desse contexto, analisando o perfil das rendeiras de Pesqueira e sua importância para a economia local, tem-se a pergunta de pesquisa que deu origem a essa dissertação: Qual o perfil das rendeiras de Pesqueira que utilizam microcrédito como forma de subsídio?

Como objetivo geral e objetivos específicos dessa pesquisa. Portanto, como objetivo geral tem-se a análise do acesso ao crédito rural e sua relevância no perfil das mulheres do município de Pesqueira, situado na região do Agreste Central de Pernambuco, que utilizam o Pronaf B e o

Crediamigo como subsídio. Dessa forma, também é possível responder o questionamento com os três objetivos específicos propostos no estudo.

O primeiro desses objetivos é identificar as características específicas das mulheres que tiveram acesso ao Pronaf B e Crediamigo, tais como: escolaridade, renda, participação em associação, etc. Sendo esse objetivo alcançado através do banco de dados do Projeto Mulher Rendeira.

O segundo objetivo específico é comparar as características das mulheres que obtiveram e as que não obtiveram acesso ao crédito e verificar seus possíveis diferenciais. Esse objetivo busca detalhar melhor a análise do perfil das beneficiárias dos programas de microcrédito.

E o último objetivo pretende analisar as variáveis socioeconômicas que influenciam na probabilidade dessas mulheres adquirirem crédito, esse estudo será realizado com ajuda do modelo econométrico denominado *Logit*.

Portanto, além dessa introdução, esta dissertação está dividida em cinco capítulos. O segundo capítulo refere-se à revisão da literatura, apresentando o papel da mulher na agricultura familiar e como o financiamento do microcrédito é importante na vida da agricultora. Bem como, também expõe trabalhos científicos que estudaram o perfil das brasileiras que obtiveram concessão de crédito e suas peculiaridades. Ao final, o capítulo apresenta os principais financiamentos acessados pelas beneficiárias rurais.

Em seguida, são apresentados os métodos e técnicas utilizados nesse trabalho, ou seja, os procedimentos metodológicos, compondo assim o terceiro capítulo. Nele é visto, também, como ocorreu à obtenção dos dados, que foi coletado e concedido pelo Projeto Mulher Rendeira. É apresentada a variável dependente que é o acesso ao crédito e as variáveis independentes (características socioeconômicas), utilizadas para estimar a probabilidade de mulheres terem acesso ao microcrédito, traçando assim o perfil das beneficiárias. Para concluir, é abordado o modelo *logit*.

O quarto capítulo é composto pela caracterização da área de estudo, o qual demonstra as peculiaridades da região e suas características econômicas.

Permitindo um melhor conhecimento da área que está sendo estudada, assim como, demonstrando o papel das agricultoras familiares/artesãs nessa economia.

O quinto capítulo apresenta os resultados da pesquisa. Demonstra informações sobre as características pessoais das agricultoras familiares que são atendidas pelo Projeto Mulher Rendeira, como idade, escolaridade, estado civil, etc. Em seguida essas informações são afuniladas apenas para as mulheres que obtiveram acesso ao microcrédito, permitindo uma comparação entre as rendeiras que tiveram usaram e as que não fizeram uso desse benefício. Por último, são discutidos os resultados do *logit*.

Por fim, no sexto e último capítulo deste trabalho de dissertação, são apresentadas as considerações finais com relação às rendeiras do município de Pesqueira, PE que foram levantadas durante a elaboração dessa pesquisa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta o referencial teórico que proporcionou suporte para a elaboração dessa pesquisa, permitindo a contextualização do objeto de estudo e subsequente a análise e interpretação dos dados. Entre os conceitos necessários para a análise do perfil das rendeiras de Pesqueira que utilizam microcrédito como subsídio, destacaram-se os de: agricultura familiar, trabalho feminino e acesso feminino ao microcrédito.

2.1.A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA AGRICULTURA FAMILIAR E A IMPORTÂNCIA DO MICROCRÉDITO

A agricultura familiar, é composta pela participação da família no desenvolvimento da unidade de produção. No Brasil, o conceito tomou definição a partir da Lei nº 11.326 criada no ano de 2006. Desde então, agricultura familiar passou a ser definida como uma forma de organização social, cultural econômica e ambiental, onde são trabalhadas atividades agropecuárias, bem como, não agropecuárias que possuem base familiar, que são geralmente desenvolvidas no estabelecimento rural, gerenciadas por uma família com predominância de mão de obra familiar (MDA, 2012).

A incorporação do conceito de agricultura familiar permitiu a inserção e guarida de diversas categorias sociais que antes se encontravam a margem se comparados com os estabelecimentos rurais de grande porte, também conhecidos como patronal (SCHNEIDER, 2003).

Segundo Siliprandi e Cintrão (2011) a agricultura familiar se caracteriza por ser uma forma de produção em que a unidade de trabalho se confunde com a organização da família, onde normalmente existe uma rígida divisão sexual e gerencial do trabalho, em que as tarefas e os papéis sociais são distintos e marcados por uma hierarquia. Seguindo essa afirmação (Melo, 2006), acrescenta que a participação da unidade familiar na realização das atividades agrícolas, principalmente nas regiões mais pobres, decorre da precária condição financeira da família para contratar serviços de terceiros, tornando comum a participação de mulheres crianças e idosos no trabalho agrícola.

Sendo assim, dentro de uma unidade familiar rural, existem diferentes formas de acesso e controle sobre a terra e os demais recursos produtivos, incluindo os que provêm de políticas públicas, e as mulheres, embora trabalhem em praticamente todas as tarefas da propriedade, não possuem participação ativa nas decisões sobre os usos dos recursos ou sobre as propriedades da família e muitas vezes não tem acesso à renda gerada por seu trabalho (SILIPRANDI E CINTRÃO, 2011). Ainda de acordo com Butto (2011), a economia rural sempre esteve marcada pela divisão sexual do trabalho. Aos homens estão associados a atividades econômicas que geram empregos, ocupação e renda, enquanto cabe às mulheres efetuar as atividades voltadas para o autoconsumo familiar, com baixo rendimento e assalariamento.

A participação do trabalho feminino na agricultura familiar sempre foi pouco valorizada, pelo fato da sociedade ser marcada pela tradição patriarcal, e as mulheres estarem ligadas a atividades produtivas relacionadas ao papel de mãe e esposa, sendo consideradas como complemento das atividades que são desenvolvidas pelos homens (MEDEIROS et al, 2011). Ou seja, no meio rural ainda está enraizada a cultura de que aos homens cabem o papel de provedor da família e ser responsável pelas atividades produtivas, e as mulheres são incumbidas da manutenção do lar, sendo as atividades produtivas realizadas por elas, consideradas como extensão do trabalho doméstico.

Devido a essa cultura de subordinação, as mulheres rurais passaram a desenvolver movimentos sociais, onde reivindicavam reconhecimento como agricultoras buscando direitos econômicos e sociais. Surgiram, assim, condições mais favoráveis para a formulação e implementação de políticas públicas para mulheres rurais (BUTTO, 2011). Segundo Fischer et al (1996), essa conscientização feminina nasceu após a penetração do capital no campo, pois surgiram oportunidades de emprego diversificadas, bem como, proporcionou maiores conhecimentos, além de conscientizá-las de seus problemas, nascendo assim às lutas sociais por reconhecimento e liberação. Silva et al (2010), ressalta que muitas mudanças relacionadas com o papel feminino na sociedade estão ligadas à inserção da mulher no mercado de

trabalho e a valorização das atividades domésticas enquanto trabalho. Portanto, a pluriatividade (participação da mulher em atividades agrícolas como nãoagrícolas) ganha importância no meio rural, pois permite maior valorização do trabalho realizado, maior autonomia e maior socialização.

Neste contexto, atualmente no Brasil, é possível observar mudanças na posição econômica das mulheres do campo. Esse fato, possivelmente, está relacionado com a estruturação das atuais políticas de acesso ao crédito, e também a recuperação do salário mínimo, refletindo a importância das lutas femininas por reconhecimento e inserção nas atividades econômicas produtivas (FARIA, 2009). Ainda segundo a autora, historicamente as mulheres do campo trabalhavam na produção, porém não tinham acesso ao rendimento gerado por seus produtos. Mas, ao lutar por seu direito à remuneração, as mulheres rurais conseguiram participar de todo processo produtivo, bem como, da comercialização do seu produto, permitindo assim, o acesso ao crédito.

Entretanto, embora a mulher do campo tenha adquirido direito ao crédito, a mesma ainda encontra dificuldades referentes ao acesso ao crédito rural, bem como, o fato de lidar de modo geral com os recursos financeiros, não somente por questões culturais, mas também, por pertencer a uma camada pobre da sociedade que é menos assistida pelas políticas públicas. Dessa forma, com o objetivo de atender a demanda dos agricultores familiares, bem como das mulheres, foi criado o chamado microcrédito. Este tipo de financiamento surgiu com o objetivo de promover crédito para pessoas físicas e jurídicas que desejam investir num pequeno negócio (Melo, 2006).

Feijó (2011) ressalta que, o microcrédito é uma política pública que tem como objetivo fornecer apoio financeiro, contribuindo para redução da pobreza e aumento da renda da população mais pobre. De igual modo, o Relatório de Inclusão Financeira (2011), ainda ressalva que o microcrédito é uma importante

ferramenta para a inclusão financeira¹, permitindo uma melhor qualidade de vida para população.

Algumas pesquisas, como as realizadas por Menegat e Farias (2010), Brumer e Spavenello (2011), já revelam que o acesso a rendas obtidas individualmente, através do trabalho ou por transferências sociais – tais como: aposentadoria, o seguro desemprego, o salário maternidade e os programas destinados às famílias carentes (inclui-se o microcrédito) – permitem as mulheres melhores condições de vida, assim como melhoria na vida de suas famílias (DEERE E LEÓN, 2002). De igual modo, Menegat e Farias (2010), ressaltam que essas políticas públicas contribuem para o empoderamento de mulheres no campo, modificando o papel de “dona de casa”, cuidadosa e zelosa, acrescentando o papel de figura atuante politicamente.

A pesquisa realizada por Brumer e Spavenello (2011), com agricultoras familiares do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, analisou que a renda gerada pelo investimento do acesso ao microcrédito, permitiu as beneficiadas investirem na melhoria de suas casas (comprando móveis e mantimento), reinvestirem em atividades produtivas do estabelecimento ou incrementarem a atividade para qual foi destinado recurso do crédito. Nessas condições, além de possibilitar um novo rendimento, que permite adquirir e investir em alguns bens ou melhorar a situação familiar, as mulheres que obtiveram acesso ao crédito, sentem-se capazes de contribuir economicamente, o que é motivo de satisfação para elas. Hernández (2009) aponta que as principais contribuições do microcrédito estão relacionadas à autoestima, pois as mulheres se sentem capazes de organizar todo o processo produtivo e ao mesmo tempo contribuir financeiramente para o bem estar da família.

Estudos realizados com mulheres que tem acesso ao microcrédito demonstram que o perfil das entrevistadas assinalam mulheres com idade superior a 30 anos, que em sua grande maioria possuem filhos e dependentes

¹Por inclusão financeira entendeu-se que é processo de efetivo acesso e uso pela população de serviços financeiros adequados às suas necessidades.

financeiros. Destas, um percentual relevante possui como estado civil casada ou em um relacionamento estável. Outro fator importante é que a maioria das entrevistadas possui certo grau de instrução, tendo concluído o ensino fundamental e muitas também terminaram o ensino médio. Bem como, apresentam uma renda mensal de aproximadamente dois salários mínimos. Essas análises foram realizadas tanto no meio rural como no urbano, e em todos os estudos o perfil das entrevistadas coincidiram (ISERHARD, 2012; CARVALHO, 2012; MACÊDO, 2009; NUNES, 2010).

Esses fatores estão relacionados ao enfraquecimento do patriarcado e o surgimento de relações mais horizontalizadas, oriundos da diversificação dos arranjos e estruturas familiares. Isso advém do estilo de vida contemporâneo, com o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, acesso a escolaridade, bem como do processo de individualização nas relações sociais, redefinindo assim, o papel das mulheres na sociedade e na família (ARAÚJO et al, 2008apud NUNES, 2010). As autoras Menegat e Farias (2010), acrescentam à essas mudanças, a importância de movimentos sociais, especialmente o movimento das mulheres do campo que demandam direitos além dos tradicionais já vigentes. Denotando coletivos organizados a partir dos direitos sociais modernos, fomentando igualdade e liberdade, expressões que constituem o direito de cidadania.

Dessa forma, a ampliação do acesso ao microcrédito destinado às mulheres contribui para a igualdade de gênero, unindo o empoderamento das mulheres às melhores condições de vida (ISERHARD, 2012). Esse empoderamento surge como resultado dos encaminhamentos que as mulheres têm concretizado no coletivo de movimentos sociais e grupos organizados, adquirindo direitos e benefícios que as colocam em posições de visibilidade social e produtiva (MENEGAT E FARIAS, 2010).

Hernández (2009), ressalva que autores que estudam o tema, argumentam que as mulheres possuem uma representativa significância econômica para o bem estar da família, o que possibilita melhorar as relações familiares e fortalecer a autonomia econômica. E por sua vez, o

empoderamento feminino permite um reconhecimento dos direitos das mulheres, promovendo igualdade de gênero. Havendo assim, um aumento na participação das tomadas de decisões e maior autoconfiança, através do reconhecimento de suas capacidades, habilidades e aptidões, o que repercute no aumento da autoestima.

Portanto, sabe-se que a própria mulher, quando empoderada, é capaz de melhorar não só sua condição de vida, mas também a de sua família. Pois, existe um bom desempenho feminino em gerenciar a renda familiar e os créditos adquiridos (ISERHARD, 2012).

Por conseguinte, uma vez que foi apresentando a importância do microcrédito para as mulheres, a próxima seção descreve as principais linhas de créditos utilizadas pelas mesmas, principalmente as que moram no meio rural, que são objeto do presente estudo.

2.2. MICROCRÉDITO E ACESSO FEMININO: PRINCIPAIS PROGRAMAS

O microcrédito pode ser entendido como um crédito de pequeno valor, que apresenta na maioria das vezes valores inferior a R\$ 5.000,00, seu público alvo é a camada da população que tem dificuldades de conseguir aprovação no sistema bancário tradicional (ALMEIDA, 2009). Ainda de acordo com Feijó (2011), o microcrédito fundamenta-se em uma política pública que possuiu como objetivo fornecer apoio financeiro para a população mais pobre, contribuindo para redução da pobreza e aumento da renda.

Buscando atender esses objetivos e fornecer melhores condições de vida para a população de baixa renda, como os agricultores rurais, o Governo criou linhas de créditos específicas para fornecer subsídios ao pequeno produtor, permitindo ao mesmo a possibilidade de expandir sua produção. Esses benefícios abrangem também as mulheres, principalmente as do meio rural, que durante muito tempo ficaram inseridas na margem da sociedade.

Dessa forma, entre os microcréditos destinados aos agricultores familiares dois se destacam na quantidade de contratos firmados por mulheres, são esses: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar –

Pronaf e o Crediamigo do Banco do Nordeste do Brasil – BNB, esses financiamentos se sobressaem em acesso feminino por apresentarem condições favoráveis e facilidade para que as agricultoras possam ter mais êxito na obtenção do subsídio.

2.2.1. O programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar – pronaf

A política de crédito rural, no Brasil, apenas tomou impulso a partir da década de 90, quando trabalhadores rurais que lutavam pela reforma agrária passaram a reivindicar por melhores condições de trabalho. Grupos organizados, tais como, Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e diversas ONG's, demandavam uma política específica de apoio e fortalecimento ao pequeno produtor rural de base familiar (SCHNEIDER et al, 2004).

Como consequência dessas reclamações, em 1994, surge o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que daria embasamento para que dois anos após fosse institucionalizado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A institucionalização do Pronaf teve como objetivo promover o desenvolvimento sustentável, ocasionando melhoria na qualidade de vida, aumento da capacidade produtiva, proporcionando assim, empregos e acréscimo na renda do trabalhador rural (Brasil, 2005apud Souza et al, 2006). De acordo com Schneider et al (2004), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar nasceu com o intuito de promover apoio e fornecer crédito aos pequenos produtores rurais. Representando uma conquista dos agricultores familiares onde os mesmos passaram a ser reconhecidos e legitimados pelo Estado.

O objetivo geral do programa consiste no fortalecimento da capacidade produtiva da agricultura familiar, contribuindo para geração de emprego e renda nas áreas rurais. E, para que esse objetivo seja atingido, o Pronaf é subdividido em linhas de crédito específicas que fornecem créditos especiais, como: financiamento da infraestrutura e serviços municipais, capacitação e

profissionalização dos agricultores familiares e técnicos e financiamento da produção da agricultura familiar – crédito rural.

Deste modo, desde que foi criado, o Programa já passou por várias alterações em suas diretrizes e processos operacionais. A partir de 1999, o mesmo deixou de estar relacionado com o Ministério da Agricultura e passou a fazer parte do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), onde obteve maior participação da Secretária da Agricultura Familiar (SAF) corroborando assim para maior reconhecimento do Pronaf. Além dessas mudanças operacionais, o programa também sofreu alterações financeiras objetivando melhor atendimento aos seus beneficiários (IBASE, 2006). Portanto, ao longo de sua existência o PRONAF firmou-se como a principal política pública do Brasil voltada para a agricultura familiar, isso se deve a constante e expressiva ampliação dos seus recursos (SARON et al, 2012).

Para que os objetivos do crédito Pronaf e seus recursos sejam melhores atendidos, o programa possui modalidades que são divididas em várias categorias que detêm suas especificidades, cada uma delas se difere nas taxas de juros, limites de financiamento, bônus de adimplência, público-alvo, finalidade, dentre outros aspectos (BRASIL, 2005 apud SOUZA et al, 2006). Dentre as modalidades e finalidades de crédito, o acesso feminino ao programa se destaca em duas categorias: o Grupo B destinado aos agricultores familiares, e a linha de crédito específica para mulheres, o Pronaf Mulher.

O Pronaf Mulher surgiu de reivindicações femininas, como exemplo, a Marcha das Margaridas, onde as mulheres exigiam que o trabalho feminino fosse reconhecido na agricultura familiar. Dessa forma, Em 2001, o recém-criado Programa de Ações Afirmativas do MDA reconheceu como problema o fato de que os créditos destinados às mulheres não ultrapassavam 10% do total concedido. Sendo assim, foi criada a Portaria nº 121 de 22 de maio de 2001 onde foi estabelecido que um mínimo de 30% do Pronaf deveria ser destinado preferencialmente às mulheres agricultoras. (CIRANDAS DO PRONAF PARA MULHERES, 2005).

Após o Plano de Safra 2003-2004, o Pronaf Mulher tornou-se uma linha específica para mulheres dentro do Pronaf, passando a ser dirigido às mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção, independente de sua condição civil. A mesma unidade familiar pode contratar até dois financiamentos ao amparo do Pronaf Mulher. Crédito de até R\$ 50 mil reais, com juros que variam de 1% a 2% a. a., de acordo com o valor de financiamento que pode ser pago em até dez anos, incluindo até três anos de carência (SOUZA et al, 2010).

Segundo Melo (2006), a independência do crédito Pronaf Mulher, não mais atuando como sobreteto, melhorou a distribuição regional dos recursos financeiros do programa. O Pronaf Mulher indica importantes avanços, mas também grandes desafios, pois embora seja crescente a participação da mulher no crédito do Pronaf, é na modalidade B que a agricultora encontra maior espaço para acessar o financiamento.

A maior participação da mulher no Pronaf B se explica pela própria realidade da mulher da agricultura familiar diante das poucas exigências desta modalidade de crédito, em virtude do baixo valor do empréstimo (até R\$ 2.500,00). A exigência da renda familiar bruta anual e o valor do empréstimo da linha B são os menores, dentre as modalidades do Pronaf, além desta linha de crédito ser a mais conhecida pelas mulheres por ser mais antiga (MELO, 2006).

Assim sendo, o Pronaf Mulher ainda é uma ferramenta desconhecida por muitas mulheres rurais, isso se deve também ao fato dos agentes de extensão ou crédito rural possuírem pouco conhecimento sobre essa linha de concessão de crédito. Segundo Brumer e Spanevello (2011), como resultado dessa falta de informação muitos técnicos e agentes de banco preferem estimular as mulheres a solicitar créditos em linhas já utilizadas pelos homens.

Contudo, embora o acesso ao Pronaf ainda apresente alguns entraves e sejam necessários alguns ajustes, o programa torna-se de grande importância no âmbito feminino, pois fornece o aumento da satisfação, incentiva a autonomia das beneficiadas, e permite uma maior participação no meio familiar

e nas associações de suas respectivas comunidades (BRUMER E SPANEVELLO, 2011).

2.2.2. Programa de Microcrédito Produtivo Orientado – Crediamigo

O Programa de Microcrédito Produtivo Orientado – Crediamigo surgiu em 1998, por iniciativa do Banco do Nordeste, na busca de promover inclusão e geração de renda dos beneficiários, através da oferta de pequenos empréstimos facilitados pela desburocratização e inclusão financeira de trabalhadores informais. Por conseguinte, seu objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da região nordeste, bem como, de alguns estados de outras regiões, sendo esses: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Distrito Federal, por meio de financiamento e capacitação técnica aos produtores da região (BARBOSA et al, 2012).

Desde a sua criação o Crediamigo se destaca como o maior programa de microcrédito produtivo orientado no Brasil (responsável por aproximadamente 60% do mercado nacional de crédito produtivo popular orientado) e está em segundo lugar na América Latina. (BUCHMANN et al, 2008). De acordo com Chaves e Jacques (2013), o programa vem auxiliando no combate a pobreza, e é reconhecido internacionalmente, como uma política pública que promove a inclusão social, produtiva e financeira, contribuindo para o fortalecimento da cidadania de homens e mulheres microempreendedores, resgatando a autoestima e a motivação, por meio do acesso ao crédito e da capacitação.

Segundo Buchmann et al (2008), o Crediamigo se enquadra em experiências inovadoras de microcrédito, pois possui a metodologia de empréstimo solidário, tendo o foco em mulheres e em indivíduos de baixa renda. A expressiva participação feminina no programa é confirmada por Neri alalli (2009), que ressalta que do total de contratos firmados com o Crediamigo 64,3% são de mulheres.

Um estudo realizado por Neri (2008) permitiu verificar o perfil sócio econômico dos clientes do Crediamigo, e foi comprovado que a maioria dos clientes eram predominantemente mulheres, com idade entre 30 e 39 anos,

com nível de instrução entre o primeiro grau e o ensino fundamental. Nesse caso, a maior escolaridade da mulher e a crescente presença de famílias chefiadas por mulheres na população tornam mais elevados os impactos individuais e familiares do microcrédito.

Portanto, verifica-se que o acesso feminino ao programa traz um impacto benéfico, pois permite uma melhoria na qualidade de vida da mulher e de seus familiares. Uma vez que, evidências empíricas demonstram que mulheres investem mais em educação e na saúde da família.

Dessa forma, um investimento social na família através da mulher tem uma maior probabilidade de aumentar o bem-estar familiar, fato importante a ser considerado, pois a ideia central do programa é fornecer melhores condições de vida aos mais desfavorecidos. Logo, o microcrédito Crediamigo é uma ferramenta que colabora para a redução da desigualdade de renda entre os sexos, tendo papel importante na emancipação feminina, uma vez que o acesso ao financiamento permite a beneficiada maior autonomia (BUCHMANN et al (2008).

3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Pesqueira está localizado na mesorregião Agreste e na Microrregião Vale do Ipojuca do estado de Pernambuco. É delimitado ao sul pelos municípios de Venturosa e Alagoinha, ao norte com o estado da Paraíba e Poção, ao leste por Sanharó, Capoeira, São Bento do Uma e Belo Jardim, ao oeste por Arcoverde e Pedra.

Mapa 1: Localização do Município de Pesqueira, Pernambuco.



Fonte: IBGE, 2015

Em seu aspecto histórico o município de Pesqueira é oriundo do distrito de Cimbres, foi fundado pelo capitão-mor Manoel José de Siqueira em 1800, foi elevado a condição de município no ano de 1880. No final desse mesmo século o município recebeu a instalação de indústria de doces experimentando um surto de progresso. Atualmente o município se destaca tanto na produção de doces como na confecção de renda renascença.

Segundo o IBGE (2015), Geograficamente o município é composto por 6 distritos: Pesqueira, Cimbres, Mimoso, Mutula, Papagaio e Solôbro. Possui uma área territorial de 995,536 Km² e uma população estimada de 62. 931 habitantes, sendo 45 126 (71%) residentes na zona urbana e 17 805 (29%) na zona rural. Os habitantes do sexo masculino totalizam 30 615 (49%), enquanto que do feminino totalizam 29 875 (51%), resultando numa densidade demográfica de 56,0 hab/km².

Os setores de atividade econômica formais são: Indústria de transformação, Comércio, Administração pública, Agropecuária, extrativa vegetal, caça e a pesca, extrativa mineral e Construção civil. Contudo, a economia do município é baseada principalmente no turismo, na pecuária leiteira, e na produção artesanal e comércio da Renda Renascença. Essa última atividade é dada como principal fonte de renda para cerca de oito mil famílias ligadas à Cooperativa de Rendeiras Pesqueira (ASTUR/PE, 2013).

Segundo Moraes Filho et al (2009), as rendeiras de Pesqueira e municípios adjacentes são responsáveis por mais de 80% da renda renascença produzida no Brasil. Atualmente os municípios de Pesqueira e Poção concentram o maior número de produtores do artesanato "renascença" tanto em Pernambuco como no Brasil, com mulheres trabalhando de forma autônoma em suas residências. Os autores ainda ressaltam que a produção de renda renascença é a atividade que constitui maior fonte de renda nesses municípios, onde mais de 70% da população subsiste dessa produção. Os produtos são comercializados internamente e também fora no Brasil, em países como Estados Unidos, Europa e Ásia.

De acordo com o Projeto Mulher Rendeira (2008), citando o Plano Diretor Municipal de Pesqueira, a confecção da renascença é a atividade de maior relevância econômica no município, envolvendo, principalmente, mulheres jovens e adultas, tanto da zona rural como da zona urbana. A renda adquirida com a produção de renascença é incorporada com remuneração gerada pela agricultura familiar compondo o orçamento familiar dessas mulheres.

Sendo assim, o PIB per capita da região apresenta o valor de R\$ 6.920,22, e o rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes urbanos está próximo de R\$ 255,00, bem como, os rurais de R\$ 150,00 (IBGE, 2015). Portanto, essas são as características econômicas, sociais e demográficas que retratam o desenvolvimento do município.

4. APORTE METODOLÓGICO

A ciência pode ser considerada uma forma de conhecimento que tem como objetivo formular, se possível com ajuda matemática, leis que regem os fenômenos. Essas leis se apresentam de formas variadas, porém possuem pontos em comum, tais como: são capazes de descrever uma série de fenômenos; são comprováveis por meio da experimentação e observação; e através da probabilidade são capazes de prever acontecimentos futuros. (GIL, 2008)

Portanto, para que se exista ciência é necessário que se empregue métodos científicos. Por método denominasse o conjunto de atividades sistemática e racional, que com maior segurança e economia, permite alcançar os resultados. (LAKATOS et al, 2003)

Nas ciências sociais existem diversos tipos de métodos. Segundo Gil (2008), os mesmos podem ser divididos em dois grandes grupos:

- Métodos que proporcionam bases lógicas da investigação: dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico.
- Métodos que indicam os meios técnicos da investigação: experimental, observacional, comparativo, estatístico, clínico e monográfico.

Dessa forma, o presente estudo usará alguns dos métodos científicos citados acima, tendo como suporte o banco de dados e resultados fornecidos pelo Projeto Mulher Rendeira² da ATER.

4.1. AMOSTRAGEM

As pesquisas sociais envolvem um grande conjunto de elementos, tornando impossível considerá-los em sua totalidade. Portanto, é comum

²Esse projeto é uma parceria da Universidade Federal Rural de Pernambuco com o Ministério de Desenvolvimento agrário e possui como objetivo a organização do arranjo produtivo de renascença no município de Pesqueira.

em uma pesquisa social trabalhar com amostra, ou seja, com apenas uma parte do universo estudado. (GIL, 2008)

Sendo assim, população ou universo da amostragem é formado pelo conjunto de indivíduos que possuem a mesma característica. Nesse estudo será delimitado pelas rendeiras de Pesqueira que responderam ao formulário elaborado pelo Projeto Mulher Rendeira.

4.2. VARIÁVEIS

São consideradas como uma classificação ou medida de um conceito operacional que apresenta valores, ou seja, representam uma quantidade que varia. As mesmas permitem que o objeto de estudo seja passível de mensuração (LAKATOS et al, 2003).

Assim sendo, as variáveis podem ser classificadas como:

- Dependente: representa o fenômeno que será explicado por ser influenciável pelas variáveis independentes. Sendo assim, é mensurada através dos impactos que as variáveis explicativas ocasionam na mesma. Conhecida também como variável consequente. (LAKATOS et al, 2003)
- Independente: é a variável que afeta/determina, ou seja, influencia outra variável (dependente). Considerada fator determinante para o resultado do objeto de estudo. Segundo Lakatos et al, 2003:

...é o fator manipulado (geralmente) pelo investigador, na sua tentativa de assegurar a relação do fator com um fenômeno observado ou a ser descoberto, para ver que influência exerce sobre um possível resultado. (LAKATOS et al p.138)

No presente estudo a variável dependente será o acesso ao crédito (Pronaf B e Crediamigo)³. E as variáveis explicativas serão representadas por fatores, tais como: ano de escolaridade, idade, renda, número de membros na família, etc. Para realizar a estimativa dessas variáveis será

³ As beneficiárias da região estudada informaram que fazem uso desses dois tipos de crédito por apresentarem maior facilidade no acesso, porém no estudo não foi possível fazer a análise específica de cada um desses créditos. Portanto, esses beneficiamentos foram estudados conjuntamente.

utilizado um modelo econométrico de probabilidade, o Modelo Logit⁴. Segue abaixo as variáveis utilizadas para rodar o modelo.

Quadro 1: Lista de variáveis utilizadas no modelo *logit* para estimar a probabilidade da agricultora familiar adquirir acesso ao microcrédito

VARIÁVEL DEPENDENTE	DESCRIÇÃO
Acesso ao crédito	Dummy que assume valor 1 se a mulher teve acesso ao crédito e 0 se não teve acesso ao crédito.
VARIÁVEL INDEPENDENTE	DESCRIÇÃO
Acesso a informação	Se a mulher tem acesso a informação e o meio de informação usado pela mesma. (televisão, rádio, internet, vizinhos, jornal, associação, movimentos sociais/sindicato)Obs: Essas variáveis foram estimadas em números, paratelevisão adotou-se o número 1, rádio número 2... assim sucessivamente.
Capacitação	Dummy que assume 1 se a mulher já fez capacitação e 0 se não fez.
Conhecer o Programa de Políticas Públicas para Mulheres	Dummy que assume 1 se a mulher conhece e 0 se não conhece.
Idade	Idade da entrevistada
Posição Familiar	Dummy que assume 1 se a mulher for chefe de família e 0 se não for
Número de pessoas na família	Quantidade de residentes na casa da entrevistada
Estado Civil	Dummy que assume 1 se a mulher tiver companheiro e 0 se ela for solteira
Número de homens na família	Quantidade de homens residentes na casa da entrevistada
Quantidade de filhos	Número de filhos que a entrevistada possui
Renda Mensal Familiar	Renda mensal estimada da família
Programa do Governo	Se a família tem acesso a algum programa do governo que auxilia na renda familiar
Produção Agrária	Se a mulher possui algum tipo de produção agrária, variável dummy que assume 1 se possui e 0 se não possui
Estuda	Dummy que assume 1 se a entrevistada ainda estuda e 0 se não estuda
Nível de Instrução	Assume o valor 0 se a entrevistada for analfabeta, 1 se possui ensino fundamental e 2 se possui ensino médio
Participação em Associação	Dummy que assume 1 se a mulher participar de associação comunitária e 0 se não participar

⁴ Foi usado como referência para o Modelo Logit o livro de Econometria Básica do autor DamodarGujarati.

Participação em grupos religiosos	Dummy que assume 1 se a mulher participar de grupos religiosos e 0 se não participar
Participação em cooperativa	Dummy que assume 1 se a mulher participar de cooperativa e 0 se não participar
Dificuldade de acesso ao crédito	Se a entrevistada já teve alguma dificuldade da hora de solicitar o crédito, variável dummy que assume 1 se teve e 0 se não teve
Inadimplência	Se a entrevistada alguma vez já ficou inadimplente, variável dummy que assume 1 se sim e 0 se não

Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

Essas variáveis serão utilizadas para estimar a regressão logística para o conjunto de características que pertencem as artesãs de Pesqueira – PE. A partir do resultado da regressão será vista a probabilidade dessas mulheres terem acesso ao microcrédito.

4.3. MODELO LOGIT

O Modelo Logit é um modelo econométrico que analisa uma relação causal. O mesmo permite observar respostas de procedimentos qualitativos possuindo como base a função de probabilidade logística acumulada:

$$P_i = F(Z_i) = F(b_0 + \sum_{i=1}^n b_i \cdot X_i) = \frac{1}{1 + e^{-Z_i}} = \frac{1}{1 + e^{-(b_0 + \sum_{i=1}^n b_i \cdot X_i)}}$$

Onde:

P_i = probabilidade de ocorrência de um evento, dada a ocorrência de X na observação i. $1 \leq i \leq k$ sendo k = número de observações.

b_i = coeficiente da variável independente X^i

Z^i = índice contínuo teórico determinado pelas variáveis explicativas X^i ,

sendo: $Z_i = b_0 + \sum_{i=1}^n b_i \cdot X_i$, que conduz à seguinte expressão:

$$P_i = \frac{1}{1 + e^{b_0 + \sum_{i=1}^n b_i \cdot X_i}}$$

Logo, pode-se escrever

$$\frac{P_i}{1 - P_i} = \frac{1 + e^{b_0 + \sum_{i=1}^n b_i \cdot X_i}}{1 + e^{-(b_0 + \sum_{i=1}^n b_i \cdot X_i)}} = e^{b_0 + \sum_{i=1}^n b_i \cdot X_i}$$

Por conseguinte, esse modelo permite obter estimativas de probabilidade de um evento, bem como analisar a influência das variáveis independentes sobre a variável dependente, que nesse estudo será o acesso ao microcrédito. Portanto, a variável dependente é o logaritmo relacionando a probabilidade de ocorrência de um dos dois possíveis eventos. A importância do modelo logit é que ele transforma o problema de predição probabilística em um intervalo [0,1]. Neste estudo a variável explicada é dicotômica, ou seja, dummy definida da seguinte forma:

- 1 para as mulheres que tiveram acesso ao crédito
- 0 para as mulheres que não tiveram acesso ao crédito

O modelo logit possui algumas características, como é citado por Gujarati, 2006, entre essas pode se destacar:

- Que P passa de 0 a 1 (quando Z varia de $-\infty$ para $+\infty$, o logit L de $-\infty$ para $+\infty$, ou seja, as probabilidades se situam entre 0 e 1).
- Se o logit for positivo, implica que, quando o valor de um ou mais regressores aumenta, as chances de que o regressando seja igual a 1 aumenta. De igual forma. Se for negativo, as chances de que o regressando se torne igual a 1 diminuem.
- Bem como, o modelo logit pressupõe que o logaritmo da razão de chances se relaciona linearmente com X_i .

Dessa forma, será possível analisar os dados, extraídos do banco de dados do Projeto Mulher Rendeira, verificando se a variável dependente, que é o acesso ao microcrédito, sofre influência das demais variáveis independentes (socioeconômicas). Ou seja, identificar as variáveis importantes que podem explicar o acesso ao crédito por parte dessas mulheres.

Portanto, para verificar a probabilidade das rendeiras de Pesqueira, com as características apresentadas acima, terem acesso ao crédito será usada a seguinte fórmula:

$$P = \frac{1}{1 + e^{-(Z)}}$$

Onde Z representa o resultado obtido da equação de regressão para o modelo *logit*. Uma vez que o valor de P é calculado é possível se ter a probabilidade do evento, mulheres rendeiras de pesqueira terem acesso ao crédito, que o objeto de estudo desse trabalho.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

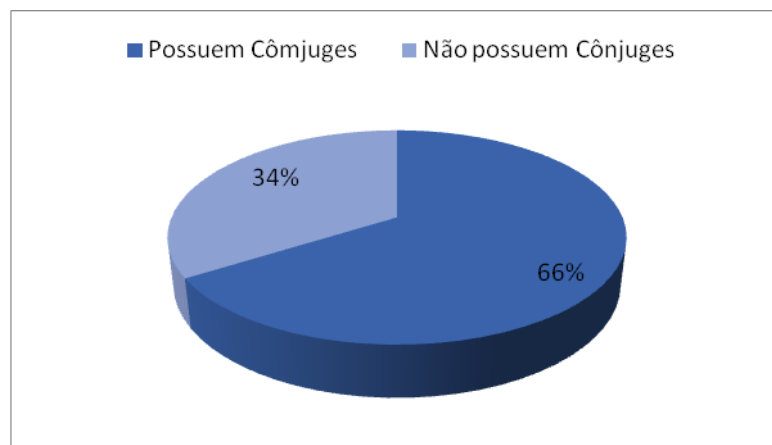
A seguir são apresentados os dados que foram coletados na pesquisa de campo realizada pelo Projeto Mulher Rendeira, bem como, os resultados da pesquisa que permite identificar o perfil das mulheres que tiveram acesso ao microcrédito. Portanto, a partir da discussão da literatura e da metodologia aplicada nesse estudo, é apresentada a diferença entre os perfis das artesãs que tiveram acesso ao crédito e das que não fizeram uso dessa ferramenta. Avaliando assim, a relevância dessa política pública para as rendeiras da localidade estudada.

5.1. CARACTERIZAÇÃO DAS ENTREVISTADAS

A caracterização das artesãs em questão é importante para traçar um perfil socioeconômico, pois, permite a análise do objeto de estudo. Sendo assim, essa subseção aborda os principais pontos e características das entrevistadas.

5.1.1. Caracterização familiar

Foram entrevistadas 278 mulheres, dessas aproximadamente 183 são casadas ou possuem companheiro e 94 não possuem cônjuge (viúvas, solteiras ou divorciadas), conforme é apresentado na figura 1:

Figura 1: Estado Civil

Fonte: Elaborado pela autora através do Banco de dados do Projeto Mulher Rendeira, 2014.

Do total de mulheres com cônjuges, mais de 35% se consideram chefes do lar, e ao serem somadas com as demais que não possuem cônjuge, esse número ultrapassa 50%, ou seja, mais da metade das entrevistadas são responsáveis por prover e satisfazer as necessidades da família.

Esse fator é mais explicado, quando se compara o número de homens na família com o total de membros, os homens representam 39%, explicando assim essa independência feminina, pois estão em número maior. Outro fator relevante é que a maioria das entrevistadas são mães, um percentual de 88,8%. E como foi analisado na literatura, as mulheres se sentem responsáveis por manterem o bem estar de seus filhos e, conseqüentemente, um bom ambiente familiar.

5.1.2. Faixa Etária

A faixa etária das entrevistadas varia bastante, porém, os intervalos entre 31-40 e 41-50 representam aproximadamente 47% do total. O que também permite explicar a quantidade de mulheres que são responsáveis por manter a família, pois nessa faixa etária a mulher já apresenta maior maturidade.

Esses dados são apresentados de acordo com tabela abaixo:

Tabela 1: Faixa etária das entrevistadas.

Faixa Etária	Quantidade	(%)
até 20	19	10,6

21-30	35	19,6
31-40	68	24,4
41-50	63	22,6
51-60	30	10,8
60 ou +	22	7,9
Total	277*	99,6
*Obs.: Uma pessoa não respondeu essa variável.		

Fonte: Elaborado pela autora através do Banco de dados do Projeto Mulher Rendeira, 2014.

5.1.3. Escolaridade e participação em grupos

Com relação ao nível de instrução, do total de 271 respondentes, 74,5% mulheres cursaram ou cursam o ensino fundamental, 15,5% cursaram ou cursam o ensino médio e 10% são analfabetas. Sendo assim, não existem mulheres com curso técnico, nem superior, seja incompleto ou completo. Contudo, vale acrescentar, que 32 entrevistadas ainda estudam, podendo esse quadro sofrer alterações.

Tabela 2: Nível de Escolaridade das entrevistadas.

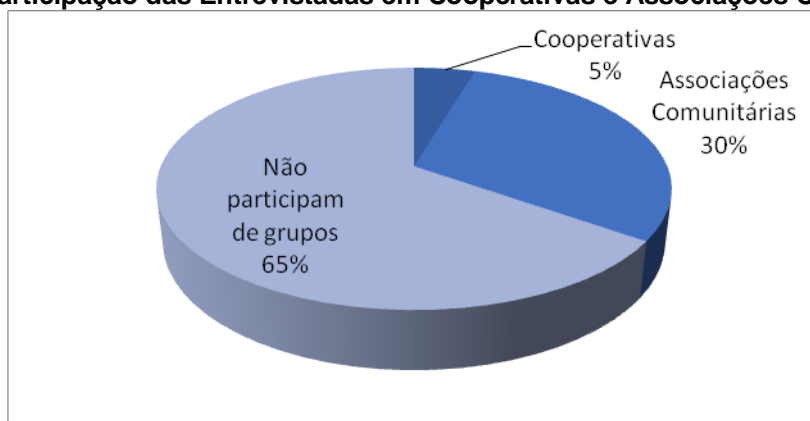
Escolaridade	Quantidade	Quantidade que estuda
Ensino Médio	42	4
Ensino Fundamental	202	26
Analfabeta	27	2

Fonte: Elaborado pela autora através do Banco de dados do Projeto Mulher Rendeira, 2014.

Ao analisar a variável capacitação, das 258 respondentes, apenas 54 já fizeram algum curso de capacitação, totalizando aproximadamente 21%. Porém, essa variável apresenta mais representatividade quando analisada com a participação feminina em associações comunitárias e/ou cooperativas, pois das 54 entrevistadas, 23 estão envolvidas com esses grupos, representando quase 50%.

Portanto, ao analisar a participação em associações comunitárias e em cooperativas, foi possível verificar que 35% das rendeiras respondentes, fazem parte de ao menos um desses grupos. Como demonstra a figura 2:

Figura 2: Participação das Entrevistadas em Cooperativas e Associações Comunitárias

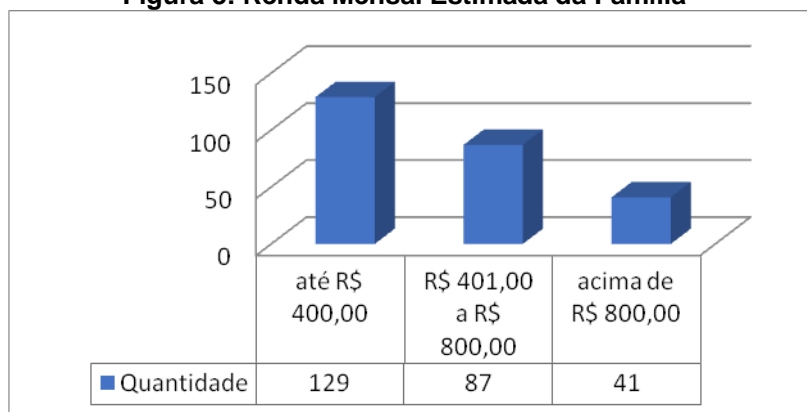


Fonte: Elaborado pela autora através do Banco de dados do Projeto Mulher Rendeira, 2014.

Essa participação feminina em grupos comunitários permite que as mesmas obtenham informações e tomem conhecimento de algumas políticas públicas mais rapidamente, pois, das 24 entrevistadas que conheciam o Programa de Políticas Públicas para Mulheres, 12 (50% do total) participam de cooperativas e/ou associações comunitárias. Entretanto, além desses, as rendeiras também utilizam outros meios de informação, tais como: jornal, televisão, rádio e vizinhos. Esses três últimos merecem destaque, pois, são utilizados por 79% das entrevistadas.

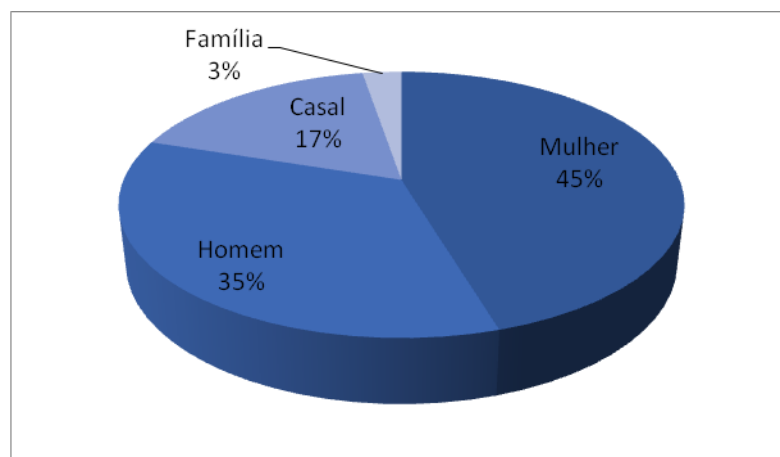
5.1.4. Rendimento Mensal estimado da família

Com relação ao rendimento mensal estimado das famílias das artesãs, nota-se que, das entrevistadas que responderam essa variável, mais de 47% sobrevivem com renda de até R\$ 400,00, aproximadamente 32% possuem rendimento entre R\$ 401,00 e R\$ 800,00, por fim, um percentual bem menor, ou seja, 15% têm renda mensal superior a R\$ 800,00. Grande maioria das famílias, quase 78%, principalmente as de baixa renda, recebe algum rendimento extra por parte de programas governamentais que ajudam a complementar a renda. Ainda, muitas dessas famílias também praticam atividades agrárias, um pouco mais de 41% exercitam a pecuária e/ou agricultura, auferindo assim uma renda maior.

Figura 3: Renda Mensal Estimada da Família

Fonte: Elaborado pela autora através do Banco de dados do Projeto Mulher Rendeira, 2014.

No que se refere à renda adquirida pela família, 161 mulheres responderam que são responsáveis por decidirem como será usada. Em contra partida, 83 disseram que quem decide é o marido e 30 falaram que essa decisão é tomada pelo casal. Portanto, aproximadamente 70% dessas mulheres participam ativamente na decisão de como será usado o rendimento familiar.

Figura 4: Quem decide como a renda será usada

Fonte: Elaborado pela autora através do Banco de dados do Projeto Mulher Rendeira, 2014.

Ao se tratar de financiamento, 32 mulheres responderam que já tiveram dificuldades em obter crédito, entre as principais causas citadas está a dificuldade em provar renda, burocracia das agências fornecedoras, falta de documentos e terceiros.

Portanto, uma vez que já foi descrito o perfil socioeconômico de todas as entrevistadas, a próxima sessão aborda o perfil das mulheres que conseguiram acesso ao microcrédito.

5.2. ACESSO AO CRÉDITO

Das 278 artesãs entrevistadas, 270 responderam à variável acesso ao crédito e 76 afirmaram que já foram financiadas. Os tipos de recursos adquiridos por elas foram Pronaf B e Crediamigo, ambos são bastante conhecidos pelo acesso feminino, por serem mais acessíveis em relação aos demais microcréditos e por apresentarem baixos valores de financiamento.

5.2.1. Características das mulheres que obtiveram acesso ao crédito

As famílias das mulheres com acesso ao crédito se destacam pelo baixo número de membros, a maioria possui apenas três membros. O número de homens nas famílias é inferior ao das mulheres, correspondendo a um pouco mais de 40% do total de membros da família. Das 76 financiadas que adquiriram acesso ao crédito, as que possuem cônjuge chega a mais de 81%. Contudo, a quantidade de mulheres que se consideram chefes de família é de aproximadamente 50%. Com relação às mulheres que não possuem companheiro, um total de quase 100% se considera chefes de família.

Tabela 3: Estado Civil das Entrevistadas

Mulheres com acesso ao crédito	Quantidade	(%)	Mulheres sem acesso ao crédito	Quantidade	(%)
Com cônjuge	57	75	Com cônjuge	119	61,3
Sem cônjuge	19	25	Sem cônjuge	75	38,7
Total	76	100	Total	194	100

Fonte: Elaborado pela autora através do Banco de dados do Projeto Mulher Rendeira, 2014.

Tabela 4: Posição Familiar das Entrevistadas

Mulheres com acesso ao crédito que se consideram chefe de família	Quantidade	(%)	Mulheres sem acesso ao crédito que se consideram chefe de família	Quantidade	(%)
Com cônjuge	20	52,64	Com cônjuge	45	42,85
Sem cônjuge	18	47,36	Sem cônjuge	60	57,15

Mulheres com acesso ao crédito que não se consideram chefe de família			Mulheres sem acesso ao crédito que não se consideram chefe de família		
	Quantidade	(%)		Quantidade	(%)
Total	38	100	Total	105	100
Com cônjuge	37	97,36	Com cônjuge	81	84,37
Sem cônjuge	1	2,64	Sem cônjuge	15	15,63
Total	38	100	Total	96	100

Fonte: Elaborado pela autora através do Banco de dados do Projeto Mulher Rendeira, 2014.

Ao analisar faixa etária e o acesso ao crédito, foi possível verificar que as mulheres entre 31-40 anos foi as que mais tiveram acesso ao recurso, apresentado 28,94% do percentual total.

Tabela 5: Faixa etária das entrevistadas com e sem acesso ao crédito

Faixa Etária com acesso ao crédito	Quantidade	(%)	Faixa Etária sem acesso ao crédito	Quantidade	(%)
até 30	17	22,36	até 30	76	37,81
31-40	22	28,94	31-40	46	22,88
41-50	17	22,36	41-50	46	22,88
51-60	11	14,47	51-60	19	9,45
60 ou +	8	10,52	60 ou +	14	7
Total	75	98,65	Total	201	100

Obs.: duas pessoas não responderam essa variável

Fonte: Elaborado pela autora através do Banco de dados do Projeto Mulher Rendeira, 2014.

Quando analisado o nível de instrução das 76 entrevistadas, verificou-se que aproximadamente 70% das entrevistadas possuem até o ensino fundamental, 13% ensino médio e 13% são analfabetas. Não existindo mulheres que possuam curso técnico, nem superior, seja incompleto ou completo.

Tabela 6: Nível de Escolaridade das entrevistadas com e sem acesso ao crédito

Escolaridade	Com acesso ao crédito		Sem acesso ao crédito	
	Quantidade	Quantidade que Estuda	Quantidade	Quantidade que Estuda
Ensino Médio	10	0	31	3
Ensino Fundamental	53	7	142	18
Analfabeta	10	1	17	1

Fonte: Elaborado pela autora através do Banco de dados do Projeto Mulher Rendeira, 2014.

Ao analisar a variável capacitação, nota-se que 21% das respondentes, ou seja, 16 entrevistadas já fizeram algum curso de qualificação. Quando analisada em conjunto com associações e cooperativas vê-se que mais da metade, dessas mulheres capacitadas, está envolvida com ao menos um desses grupos.

Tabela 7: Entrevistadas que possuem Capacitação

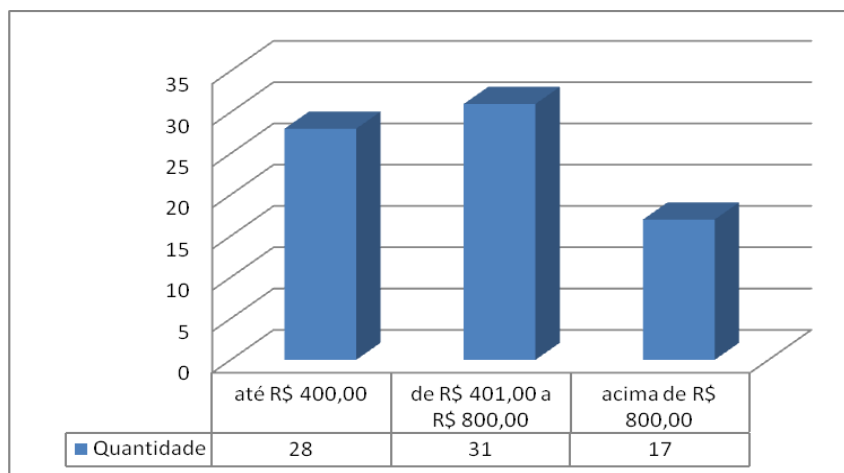
Capacitação	Com acesso ao crédito		Sem acesso ao crédito	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Mulheres que não fazem parte de grupos comunitários	7	43,75	20	56
Mulheres que participam de Associação Comunitária	7	43,75	12	33,3
Mulheres que participam de Cooperativas	2	12,5	4	11,1
Total	16	100	36	100

Fonte: Elaborado pela autora através do Banco de dados do Projeto Mulher Rendeira, 2014.

Quando analisados individualmente, a participação feminina em associações comunitárias e em cooperativas verificou-se que 51% das rendeiras respondentes, fazem parte de ao menos um desses grupos, conforme a tabela 7.

O rendimento mensal das famílias das entrevistadas varia entre R\$ 400,00 e R\$ 800,00 e a renda média está em torno de R\$ 600,00. Para contribuir com o rendimento familiar, além do artesanato, 60% dessas mulheres também produzem atividades agropecuárias, tais como: feijão, batata, milho, cebola, aves, equinos e suínos. Bem como, um percentual de 80% recebem auxílio de Programas de Governo e 15% conhecem o Programa de Políticas Públicas para mulheres.

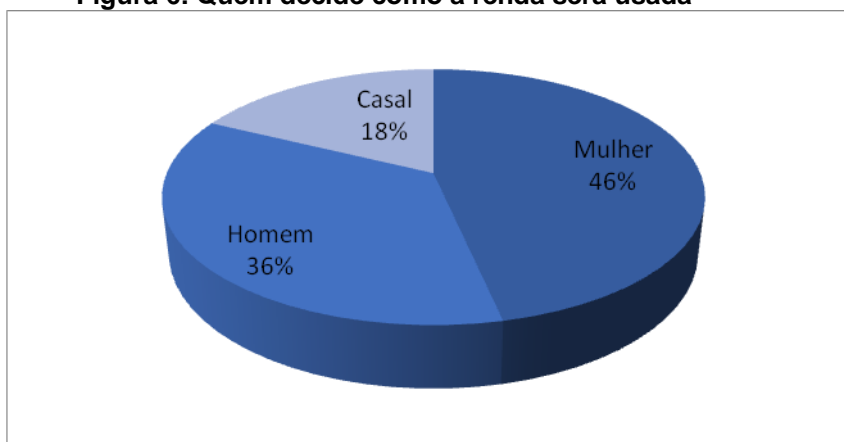
Figura 5 Renda Mensal Estimada da Família das Mulheres com Acesso ao Crédito



Fonte: Elaborado pela autora através do Banco de dados do Projeto Mulher Rendeira, 2014.

Sendo assim, ao se tratar das decisões de como a renda da família será gasta, 64% das entrevistadas com acesso ao microcrédito se acham responsáveis por determinar como o dinheiro arrecadado pela família será utilizado, conforme é apresentado na figura 5:

Figura 6: Quem decide como a renda será usada



Fonte: Elaborado pela autora através do Banco de dados do Projeto Mulher Rendeira, 2014.

Com relação à inadimplência, das 76 entrevistadas apenas 19 se encontram ou já estiveram nessa situação, ou seja, 25% do total. Isso comprova o que ressalva os estudos, pois o grau de inadimplência atingido pelas mulheres que acessam ao crédito é considerado pequeno. Pois, as mulheres são mais conscientes com relação ao uso da renda e pagamento das dívidas obtidas.

Dessa forma, foi possível verificar que as mulheres que adquiriram financiamento, em sua grande maioria, consideram-se chefes do lar, ressaltando o grau de independência das mesmas, pois 64% se consideram responsáveis por determinar como a renda familiar será utilizada. Ao analisar a escolaridade, boa parte das entrevistadas, apresentam apenas ensino fundamental, ou seja, possuem baixo nível de instrução. Com relação à capacitação, notou-se que a maioria das entrevistadas capacitadas fazia parte de algum grupo comunitário. As entrevistadas apresentaram uma renda média de R\$ 600,00 e grande maioria delas além de exercer atividade de artesanato também desenvolvem a produção agrária, bem como, recebem ajuda de algum programa do governo.

Portanto, uma vez que a análise descritiva do perfil das mulheres rendeiras de Pesqueira foi elaborada, a próxima sessão trará o estudo empírico dessas artesãs realizado através do modelo logit.

5.3. ANÁLISE DAS VARIÁVEIS ATRAVÉS DO MODELO LOGIT

O modelo logit foi utilizado no estudo com intuito de propor um modelo que indique o perfil da mulher que possui crédito. Ou seja, quais variáveis (características), estimam a possibilidade da probabilidade de existir acesso ao crédito.

Tabela 8: Coeficientes Estimados pelo Modelo Logit.

Variável	Coeficiente	Erro Padrão	Valor-P
Acesso à informação	0.388275	0.149041	0.0092 *
Capacitação	-0.928546	0.672315	0.1672
Conhecer o Programa de Políticas Públicas para Mulheres	0,312917	0,841196	0,7099
Dificuldade de acesso ao crédito	0,252311	0,76956	0,743
Estado Civil	0,625935	0,679824	0,3572
Estuda	-0,221775	0,791728	0,7794
Idade	0,001313	0,024724	0,9576
Inadimplência	1.067.663	0,762956	0,1617
Número de homens	0,569574	0,366361	0,1200***

Número de pessoas na família	-0,779605	0,280551	0,0055*
Nível de Instrução	0,283271	0,515906	0,583
Participação em Associação	1.129.077	0,523557	0,0310**
Participação em grupos religiosos	0,576323	0,503918	0,2528
Participação em cooperativa	-2.925.480	1.341.322	0,0292**
Posição Familiar	-0,145291	0,524299	0,7817
Produção Agrária	0,819224	0,550825	0,1369***
Programa do Governo	0,107723	0,801682	0,8931
Quantidade de filhos	0,033142	0,11229	0,7679
Renda Mensal Familiar	0,002559	0,001024	0,0125*

* Estatisticamente significativa a 1%.

** Estatisticamente significativa a 5%.

***Estatisticamente significativa a 10%.

Fonte: Elaborado pela autora através do banco de dados do Projeto Mulher Rendeira, 2014.

Portanto, é possível verificar que apenas sete variáveis – acesso à informação, número de homens na família, número de pessoas na família, participação em associação, participação em cooperativa, produção agrícola e renda mensal familiar – são estatisticamente significantes ao valor aproximado de 10%. As demais variáveis, de acordo com o modelo, não explicam a possível probabilidade de se ter ou não acesso ao crédito.

Dessa forma, utilizando cálculos econométricos, será possível através da equação de regressão do modelo analisar a probabilidade das rendeiras de Pesqueira adquirir crédito de acordo com as observações apresentadas no presente estudo. De acordo com Xavier et al (2008) citando Gujarati (2006), em um modelo binário, o mais importante é a análise dos sinais dos coeficientes de regressão e sua significância estatística. Contudo, os coeficientes não permitem medir a influência direta das variáveis explicativas sobre a variável dependente, sendo necessário calcular o efeito marginal, pois o mesmo mostra a variação absoluta na variável dependente como consequência de uma variação unitária na variável explicativa, com tudo o mais permanecendo constante.

A tabela 8 apresenta os resultados do modelo logit utilizado para estimar a probabilidade de cada entrevistada em obter financiamento. Ou seja, cada coeficiente angular mede a variação do logit estimado para a variação unitária

no valor de cada regressor, contudo, essa análise não é muito aprofundada, não possuindo muito significado analítico, a não ser pela interpretação do sinal do coeficiente. Portanto, do ponto de vista quantitativo, a interpretação que melhor explica o modelo é analisar o antilogaritmo do coeficiente angular (GUJARATI, 2006).

Sendo assim, ao analisar a variável acesso a informação, por exemplo, tem-se o valor de 1,474439 ($= e^{0,388275}$), ou seja, as rendeiras que possuem acesso à informação, possuem a probabilidade de 1,47 vezes superiores de terem acesso ao crédito, se tudo o mais permanecer constante. A tabela 9 apresenta os valores do antilogaritmo de cada uma das variáveis que são estatisticamente significantes.

Tabela 9: Cálculo dos Valores do Antilogaritmo das Variáveis Estatisticamente Significantes

Variável	Coefficiente	Antilogaritmo
Acesso à informação	0,388275	1,474439
Número de homens	0,569574	1,76752
Número de pessoas na família	-0,779605	2,180622
Participação em Associação	1,129.077	3,092823
Participação em cooperativa	-2,925.480	18,64350
Produção Agrária	0,819224	2,268751
Renda Mensal Familiar	0,002559	1,002562

Fonte: Elaborado pela autora através do banco de dados do Projeto Mulher Rendeira, 2014.

Portanto, após realizar o cálculo do antilogaritmo das variáveis significativas, é possível analisar a importância de cada uma das variáveis explicativas sobre a variável dependente, acesso ao crédito. Bem como, verificar de que forma essas variáveis exercem influência no modelo.

Na variável *acesso a informação*, o coeficiente positivo confirma a expectativa de que quanto maior o nível de informação maior a probabilidade das rendeiras terem acesso ao crédito. Ou seja, os meios de comunicação, bem como, as informações trazidas pelos vizinhos facilitam a obtenção de financiamento por parte das mulheres.

Sobre a variável *capacitação* sugere que não existe influência sobre a probabilidade de obter crédito, ou seja, segundo o modelo, se a mulher possuir alguma capacitação isso não está relacionado ao fato de procurar acesso ao

crédito, bem como, *conhecer o PNPM* também não interfere na procura por financiamento. O que demonstra que o programa ainda não é bem explorado na localidade e conseqüentemente ainda apresenta algumas falhas, pois um dos objetivos do mesmo é conduzir a produtora rural à obtenção do microcrédito, fornecendo as informações necessárias.

O modelo sugere que *a dificuldade de acesso ao crédito* não interfere no acesso ao crédito, conseqüentemente, *inadimplência*, esse fato pode estar relacionado ao baixo valor oferecido por essas linhas de crédito, tornando mais acessível o financiamento.

Com relação a *variável estado civil*, os resultados também supõe que não exista influência no modelo, visto que muitas mulheres possuindo ou não companheiro se consideram chefe do lar, portanto são responsáveis pelas atividades e decisões da família.

As *variáveis estuda* ou *grau de instrução* não interferem no modelo, deste modo não são fatores decisivos na busca de concessão de crédito, visto que no estudo a maioria das mulheres possuem baixo grau de escolaridade. A *idade* também não possui influência, pois não existe um limite de idade específico para se obter ajuda desses microcréditos, desde que a solicitante seja maior de idade.

Ao se tratar da *variável número de homens* é possível verificar que a quantidade de homens na família, de acordo com os resultados, pode exercer influência positiva no modelo. Pois, nem sempre as mulheres retiram crédito para financiamento de suas próprias atividades, mas sim, por pedido do companheiro ou dos filhos, para que o valor financiado sirva de ajuda para as atividades desenvolvidas por eles.

Por sua vez, a *variável número de pessoas na família* tem o sinal negativo no seu coeficiente, indicando que essa variável pode causar uma influência no modelo de forma negativa, ou seja, quanto menor o número de membros na família maior será o acesso feminino ao crédito. Esse fator provavelmente está relacionado ao fato de quanto menor o número de pessoas na família maior a necessidade de ajuda financeira. Por sua vez, quanto mais

pessoas na família maior pode ser a renda familiar, reduzindo assim a necessidade de acesso ao crédito.

Tem-se também a variável *partição em associação*, que de acordo com os resultados encontrados, influencia positivamente o modelo, revelando que a participação das rendeiras nesse grupo permite, possivelmente, que haja mais acesso ao financiamento. Isso pode estar relacionado ao fato que essas associações incentivam a produção individual, fazendo com que o produtor procure expandir sua produção e conseqüentemente busque auxílio do crédito para que essa expansão possa ser efetuada.

Contudo, a variável *participação em cooperativas*, ao analisar o resultado encontrado, supõe-se que ocasione influencia negativa na probabilidade, explicando que por fazer parte de alguma cooperativa a mulher buscará menos a ajuda de financiamento. Esse fator pode ser explicado pelo fato de que muitas vezes essas mulheres se reúnem para obter crédito em coletivo, ou seja, adquirem financiamento buscando beneficiar as atividades econômicas de todas as participantes da cooperativa.

Entretanto, embora a participação das rendeiras nesses grupos influencie na probabilidade de acesso ao crédito, por outro lado, a *participação em grupo religioso* não interfere, pois esses grupos intervêm mais na área psicológica das entrevistadas, não possuindo muito interferência nas atividades econômicas.

A *posição familiar* e o *número de filhos* não ocasionam interferência no modelo, pois as mulheres se consideram mais independentes pra tomarem suas decisões, mesmo não estando na posição de chefe. Bem como, o acesso a *programas do governo* não intervêm no modelo, esse fator pode estar relacionado ao fato de que as mulheres já recebem ajuda financeira, portanto, não precisam fazer uso da ferramenta de crédito.

Por outro lado, ao analisar *a produção agrária*, os resultados encontrados sugere que influencia na probabilidade positivamente, ou seja, se as rendeiras possuírem outro meio de produção maior a possibilidade delas procurarem ajuda de financiamento. Ou seja, elas podem buscar crédito para ajudar nas

atividades agropecuárias e conseqüentemente investem também na produção da renascença.

Por último, tem-se a *variável renda mensal familiar* que também pode influenciar positivamente a probabilidade, pois, o acesso ao crédito está relacionado com a renda da família. Mulheres com melhor rendimento mensal familiar possuem mais concessão de financiamento, isso possivelmente se deve ao fato de que as agências possuem mais confiança nesses indivíduos, uma vez que os mesmos poderão apresentar mais facilidade no pagamento das parcelas, evitando assim inadimplência.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora as atividades desenvolvidas pelas mulheres sejam relevantes no contexto da agricultura familiar, o trabalho feminino ainda é pouco valorizado, sendo muitas vezes despercebido. Devido a essa invisibilidade as agricultoras familiares acabam, por vezes, não tendo acesso ou conhecimento de determinadas políticas públicas. Buscando sanar essa dificuldade o Governo tem criado programas que buscam atender a demanda das produtoras rurais, entre esses se destaca o acesso ao microcrédito.

Diante dessa problemática, o objetivo desse trabalho foi realizar uma análise do perfil das rendeiras de Pesqueira, no estado de Pernambuco, que tiveram acesso ao microcrédito. Portanto, foram obtidos resultados que demonstram as características das artesãs que obtiveram acesso a esse recurso.

Na análise do perfil das rendeiras com acesso ao crédito foi possível observar que certas variáveis socioeconômicas apresentam um impacto positivo para que beneficiárias tenham acesso ao financiamento. O estudo demonstrou que o acesso à informação é uma variável importante para se adquirir concessão de crédito, o que implica que quanto maior o nível de informação da mulher maior será a possibilidade dela fazer uso dessa ferramenta.

A participação em associações e cooperativas interfere de forma diferenciada no acesso das artesãs ao crédito, o primeiro possui uma influência positiva, se a mulher fizer parte de associação comunitária maior será sua chance de ter acesso ao financiamento, pois associações incentivam a busca de recursos para expandir a produção, por outro lado, sua participação em cooperativas fará com que ela busque menos esse recurso, uma vez que as cooperativas buscam financiamento para todas as cooperadas, não sendo necessária a busca dessa ferramenta individualmente.

O número de pessoas na família também interfere na busca da mulher por subsídio, quanto maior o número de componentes da família, menos a mulher buscará outra fonte para complementar a renda, pois possivelmente a

renda da família será complementada por seus ocupantes. Em contra partida, o número de homens consegue causar influência no acesso feminino ao crédito, quanto maior a quantidade de pessoas do sexo masculino na família, maior será a chance da mulher buscar auxílio do crédito, pois muitas vezes as mulheres solicitam subsídios visando às necessidades de seus parceiros, filhos e netos e não as suas próprias necessidades.

Outra variável que mostrou relevância foi se a artesã possuía outra fonte de renda como a produção agrária, demonstrando que outras atividades podem levar a maior procura feminina por crédito. A renda mensal familiar também interfere na obtenção de ajuda financeira, quanto maior a renda mais a mulher conseguirá acesso ao crédito, pois, provavelmente, para os agentes fornecedores desse subsídio as mulheres terão maiores chances de quitar a dívida por possuírem maior renda.

Entretanto, é necessário ressaltar que o resultado encontrado nessa pesquisa é limitado, porquanto se aplica ao universo das rendeiras que responderam ao formulário do Projeto Mulher Rendeira até então, o que não representa todas as rendeiras de renascença do município de Pesqueira. Portanto, essas conclusões dos resultados encontrados não devem ser generalizadas. Pois, é possível que um estudo realizado com uma amostra maior de artesãs apresente resultados diferentes dos que aqui foram encontrados.

Entre os resultados da pesquisa alguns entraves (que já foram visualizados em estudos citados no referencial teórico), foram encontrados na política de concessão de crédito para as mulheres rendeiras de Pesqueira. Pois, as mulheres de baixa renda são as que deveriam ter maior acesso à ajuda proporcionada pelo Governo, uma vez que o objetivo desses programas é fornecer apoio financeiro para a população mais pobre, contribuindo para diminuição da pobreza e aumento da renda familiar. Assim como, também é possível notar que o PNPM, precisa ser mais difundido entre as entrevistadas, visto que poucas conhecem a importância desse programa para a produtora rural. Outro fator que também necessita de atenção é se realmente as

mulheres estão fazendo uso do financiamento ou se adquirem subsídio para beneficiar a terceiros, como companheiros e filhos. E por fim, mas não menos importante, ressalta-se o nível de escolaridade dessas mulheres que ainda é bastante baixo, necessitando maior investimento na educação dessas produtoras, pois um maior conhecimento pode permitir as beneficiárias um melhor uso dos recursos adquiridos.

Para concluir o trabalho serão citadas algumas possibilidades que foram identificadas para que esses entraves possam ser superados:

- Fornecer assistência técnica, para que as rendeiras possam ter maior conhecimento e conseqüente fazer melhor uso de políticas públicas como o II PNPM;
- Investimento na formação dessas artesãs para que possam alcançar melhor nível de escolaridade;
- Intervenção governamental para que as mulheres de baixa renda possam ter maior facilidade de acesso ao crédito, através de agentes capacitados que possam repassar a importância do acesso a políticas públicas para essas mulheres;
- Análise mais elaborada e acompanhamento de onde o financiamento será empregado, e se atenderá os requisitos solicitados para obtenção do mesmo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; SILVA, R. As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG). In: ROCHA, M. I. B. (Org.). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP - NEPO/UNICAMP - CEDEPLAR/UFMG, 2000.

ALMEIDA, W. L. M. O sistema de microcrédito como estratégia de redução da pobreza: uma avaliação no âmbito dos municípios nordestinos. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Sergipe, 2009.

BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: Instrumento de emancipação social? - uma discussão conceitual. Porto Alegre: Revista Debates v. 6 n.1, 2012.

BARBOSA, M.N.F.; PEREIRA, W.E.N.; APOLINÁRIO. V.; MORAIS, A.C.S.; Informalidade e Microcrédito: Um Estudo do Programa de Microcrédito Crediamigo no Município de Juazeiro do Norte/CE. Anais do XXIIENAGRAND, Rio Grande do Norte, 2012.

BUCHMANN, G.; NERI, M.C.; O Grameen brasileiro Avaliação do Desempenho Econômico dos Clientes do Crediamigo. FGV, Rio de Janeiro, 2008.

BUTTO, A. Políticas para Mulheres Rurais: Autonomia e Cidadania, NEAD, MDA, Brasília, 2011.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R.M. Entre o Sonho e a Realidade: O Crédito Rural para Mulheres da Agricultura Familiar na Região Sul do Brasil, NEAD, MDA, Brasília, 2011.

CARVALHO, G. C. Microcrédito e Empreendedorismo Feminino em Recife: uma alternativa para a superação das desigualdades no mundo do trabalho. Recife: Revista Novos Rumos. v.1, 2013.

CHAVES, S.S.; JACQUES, E.R. Origem e Dinâmica do Programa de Microcrédito Crediamigo do Banco do Nordeste. Anais do IX Encontro de Economia, Bahia, 2013.

CIRANDAS DO PRONAF PARA MULHERES, NEAD, Brasília, 2005.

CORDEIRO, R. L. M. Agricultura familiar, trabalho feminino e ação coletiva. Recife, 2008.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. O Empoderamento da Mulher, direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

FARIA, Nalu. Mulheres Rurais na Economia Solidária. NEAD, MDA, Brasília, 2011.

FEIJÓ, R. L. C. Economia Agrícola e Desenvolvimento Rural, Rio de Janeiro, 2011.

FISHER, I.R; MELO, L.A. O Trabalho Feminino: Efeitos da Modernização Agrícola,

FUNDAJ, Recife: Massangana, 1996.

GIL, A.C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GREENE, W. H. Econometric analysis. New Jersey: Prentice Hall/Upper Saddle River, 2002

GURAJATI, D. N. Econometria básica. São Paulo: Makron Books, 2006.

HERNÁNDEZ, C. O. Política de Crédito Rural com Perspectiva de Gênero: um meio de empoderamento para as mulheres rurais. 2009. Tese de doutorado em Desenvolvimento Rural apresentada à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Rio Grande do Sul, 2009.

ISERHARD, L.B. Mulheres e acesso ao Crédito: Do Combate à Feminização da Pobreza ao Tratamento das Consumidoras Superendividadadas, Santa Catarina: Revista Sociologia Jurídica, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MACÊDO, A.S.R; A Força do Microcrédito na Trajetória das Mulheres Empreendedoras do Alecrim. Monografia de Bacharel em Ciências Sociais apresentada à Universidade Federal de Rio Grande do Norte, 2009.

MEDEIROS, R.M. RIBEIRO, E.M. O Papel da Mulher na Agricultura Familiar, Revista Organizações Rurais & Agroindustriais, Minas Gerais, v. 5, n. 1, 2003.

MELO, L.A. Crédito Rural no Brasil: Uma Realidade para a Mulher Agricultora Familiar?, FUNDAJ, Recife, 2006.

MENEGAT, A.S.; FARIAS, M.F.L. Pronaf Mulher: Perspectivas para o Empoderamento Feminino nos Assentamentos Rurais do Estado de Mato Grosso do Sul, 2010.

MORAES FILHO, R.A; DAUDIN, L; NAVAES, A.N. Comércio Justo como Estratégia de Internacionalização de Pequenos Negócios: Empoderamento para as Rendeiras da Arte Renascença no Semi-Árido Pernambucanos, Cahiers de recherche n. 2009-20 E4.2009.

NERI, M.C.; MELO, L.C.C.; MONTE, S.R.S.; ANDARI, A.B.; NERI, A.L.; CALCADA, A.L.; MOREIRA, L.; SCHARTH, PEDRO. Pagando Promessa do Microcrédito Institucionalidade e Impactos Quantitativos e Qualitativos do Crediamigo e do Comunidade. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009.

NERI, Marcelo. Microcrédito: O mistério Nordeste e o Grameen Brasileiro. FGV, Rio de Janeiro, 2008.

NUNES, M.A. Microcrédito como Meio Alternativo de Inclusão da Mulher no Mercado de Trabalho de Macapá “Estudo Realizado no Programa Estadual Amapá Empreendedor”. Monografia em Planejamento e Desenvolvimento e Políticas Públicas apresentada à Universidade Federal do Ceará, 2010.

PINDYCK, R. S. e RUBINFELD, D. L. – Econometric Models and Economic Forecasts, McGraw-Hill, forth edition, 1998.

_____. Relatório PRONAF: resultados da etapa Paraná. Rio de Janeiro: IBASE, 2006. Acesso em: 12 jun. 2013.

_____. Relatório de Inclusão Financeira. Brasília: BACEN, 2011. Acesso em: 23 agosto 2014.

ROMER, D. Advanced macroeconomics. Nova York : McGraw-Hill, 2001.

SANDRONNI, Paulo, org. Novo Dicionário de Economia. 4 ed. São Paulo, 1994.

SARON, F. A.; HESPANHOL, A. N.; O Pronaf e as Políticas de Desenvolvimento Rural no Brasil: o desafio da (re)construção das políticas de apoio a agricultura familiar. Revista GEO UERJ, n.23, v.2, Rio de Janeiro, 2012.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividades. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 51, 2003.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A.A. Histórico, Caracterização e Dinâmica Recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Revista Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural, Porto Alegre, 2004.

SCOTT, Parry; CORDEIRO; Rosineide e MENEZES, Marilda (Org.) Gênero e Geração em Contextos Rurais. Florianópolis/SC, Ed. Mulheres, 2010.

SILIPRANDI, E; CITRÃO, R. As Mulheres Agricultoras Familiares e sua Participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), NEAD, MDA, Brasília, 2011.

SILVA, C. B. C.; SCHNEIDER, S. Gênero, Trabalho Rural e Pluriatividade. (Org.) Gênero e Geração em Contextos Rurais. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2010.

Site oficial da Associação das Secretarias de Turismo de Pernambuco. Disponível em: <<http://www.asturpe.com.br/>>. Acesso em: 12 maio 2013.

Site oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 02 dez. 2014.

Site oficial do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/>>. Acesso em: 10 out. 2014.

SOUSA, J.M.P.; JÚNIOR, A.S.V.; Análise das Liberações dos Recursos do Pronaf – Descentralização das Aplicações do Crédito Rural? BNB, Fortaleza, 2006.

SOUSA, J.M.P.; JÚNIOR, A.S.V.; MACIEL, I.S.R. Série Avaliação de Políticas e Programas do BNB, V.8, Fortaleza, 2010.

TODARO, M. Economic Development. Essex, UK: Pearson Education Limited, 2000.

XAVIER, L.F; COSTA, J.G; COSTA, E.F. Inadimplência ao Crédito Rural na Fruticultura Irrigada do Pólo Petrolina-Juazeiro. Salvador: RevistaDesenbahia, N.9, 2008.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO DO PROJETO MULHER RENDEIRA

NQ Pesquisador

Nome Tempo no local (anos)

Localidade CPF/RG Área (ha)

Caracterização da Família

Primeiro Nome	Posição família	Sexo	Idade	Nível Instrução ²	Estuda? S/N	Capacitação?	Renda mensal estimada (R\$)	Programas Governo S/N	última vez médico (meses)	última vez dentista (meses)
1										
2										
3										
4										
5										
6										
7										

1 - C- chefe; E- cônjuge; F- filha; G- genitor(a); N- neto; A- agregado
2 - A- analfabeto; AA- analfabeto e assina o nome; Alf- alfabetização; 1F, 2F, 3F e 4F- fundamental menor/primário; 5F, 6F, 7F e 8F- fund. maior/ensino; 1M, 2M e 3M- médio; 4º grau; Tec- Técnico; S- superior incompleto; SC- superior completo; 9- NS/NR

Associação Comunitária

Participa da associação comunitária

Vai sempre às reuniões?

Qual a frequência? 1. Sempre; 2. Qdo interessa; 3. Raramente

Participa de alguma outra associação?

Participa de Grupos Religiosos

Participa de cooperativas

Participa de Comissões Municipais?

Capacitação e cursos

Fez alguma capacitação?

Qual?

Quando foi o último? mês Ano

Quem ofereceu?

Qual nota você daria ao curso

Deseja fazer alguma capacitação?

Qual curso acha importante fazer?

Programas do Governo

Conhece algum programa do governo para a Mulher?

Conhece o Programa Nacional Política para a Mulher?

Produção Artesanato

Produção em um mês	Qtd	Matéria Prima	Comercialização
1		Quais insumos compra em um mês	Quantidade
2		1 Linha	Onde comercializa sua produção?
3		2 Lacê	Qual a principal dificuldade para comercializar?
4		3 Agulha (broche, ponto e malha)	Para quem você vende a produção?
5		4 Risco (papel)	1. Consur 2. Atravessa 3. comerciar 4. Sob encomenda
6		5 Linha alinhavar	Sua família lhe incentiva à produzir? <input type="checkbox"/>
7		6 Papel grosso ou plástico	Desenvolve outra atividade produtiva? (não agrícola) <input type="checkbox"/>
8		7	Há outros membros da família envolvidos na produção? <input type="checkbox"/>
9		Onde compra material? <input type="text"/>	Quem são? <input type="text"/>
10		Onde encontra os moldes? <input type="text"/>	Qual a principal dificuldade para produzir? <input type="text"/>
11		Já fez algum curso ou capacitação específico para <input type="text"/>	Qual a principal dificuldade para produzir? <input type="text"/>
12		Foi orientada para alguma atividade ligada ao Bordado? <input type="checkbox"/>	

Produção

Agricultura

Cultura	Área (ha)
1	
2	
3	

Criação

Animal	Quant.
1	
2	
3	

Saúde

Tem com quem contar em caso de problemas?

Quem?

Há alguma doença crônica diagnosticada em sua casa?

Quando foi a última vez que foi ao ginecologista?

Tem acesso a métodos anticoncepcionais, caso deseje?

Teve filhos? Só responde as outras se for Se teve, quantos?

Quando teve filhos, teve algum acompanhamento médico?

Seus filhos tiveram algum problema de desnutrição?

Armentou seus filhos até que idade?

Retornos

O dinheiro arrecadado na família, quem decide o que

Quem decide pela utilização dos recursos arrecadados com o

O dinheiro arrecadado com o artesanato é utilizado em

Inclusão Social

Voce considera-se uma pessoa com voz em sua família?

Já sofreu alguma forma de violência?

Acredita que a violência está relacionada ao fato de ser mulher?

Sente-se de alguma forma excluída por ser mulher?

de que forma?

Produção Artesanato

O que você gosta mais de fazer?

OBSERVAÇÕES

